

## Apresentação

### Fazer(-se) (na) pesquisa, fazer(-se) (na) política

Silvia Aguião

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A. Apresentação: Fazer(-se) (na) pesquisa, fazer(-se) (na) política. In: *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 11-13. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6.  
<https://doi.org/10.7476/9788575115152.0001>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## APRESENTAÇÃO

### FAZER(-SE) (NA) PESQUISA, FAZER(-SE) (NA) POLÍTICA

Como se constituiu uma *população LGBT* no Brasil e como essa, de marginalizada e desviante, viria a se tornar *sujeito de direitos* e objeto de políticas públicas? Partindo dessa questão, Silvia Aguião nos conduz aos cenários movediços em que se realizaram duas “conferências nacionais LGBT”: a primeira, em 2008, e a segunda, em 2011. Nelas, entreteceram-se e decantaram-se os processos sociais que também forjaram políticas governamentais de combate à homofobia e de defesa de direitos relativos à diversidade sexual e de gênero, seja no plano federal, seja no do estado do Rio de Janeiro (além de outras unidades da federação), articulando agências da administração pública e da *sociedade civil*.

Nesse percurso tenso, os agentes e agências da “sociedade civil”, do “Estado” e da “universidade” associam-se, entrecruzam-se, superpõem-se e distanciam-se, constituindo-se como forças, a um tempo distintas e embaralhadas, na imaginação de uma “coletividade LGBT”. Ao mesmo tempo, essa *população* se estatiza, inscrevendo-se como parte do espectro de políticas em luta pelo reconhecimento da “diversidade” que, muito distintas em sua sociogênese, acabaram por compartilhar esquemas de pensamento e ação quando (se) fazem “Estado”.

Ao abordar tais processos, este livro nos apresenta, de modo denso e claro, aspectos do fazer político na vida pública brasileira que estão para muito além da questão específica focalizada.

Aguião trilha a formação da ideia de “direitos LGBT”, recuperando os estudos sobre a história da militância homossexual desde 1970 até o período abordado mais intensamente neste trabalho, de modo a ver a paulatina inflexão entre identidades, direitos e formas de ação governamental. Para tanto, parte da perspectiva de que “O Estado” não está dado de uma vez por todas em um sistema de agências e agentes dito “público”, nem corresponde a uma ideia que pode ser subsumida *a priori* de textos legais e normativos. Ao contrário, é por uma análise fina e minuciosa das práticas e enunciações que a pesquisa desentranha os múltiplos modos de se presentificar a fluidez do “Estado” a partir da cena “LGBT”, que aqui é abordada como resultante da trama complexa entre “marcadores sociais da diferença” atualizados em sistemas de classificação supostamente objetivos. Aos poucos, emergem no texto categorias, estratégias e morfologias, dizeres e fazeres, vocabulários e performances que atravessam a ação de movimentos sociais tanto quanto a de agências do governo, assim como, de algum modo, estão presentes na reflexão (e na ação) “acadêmica”.

Para chegar a tais resultados, Silvia Aguião se baseou na análise de documentos públicos que, tomados como repositórios de fluxos de relações e tensões, revelam-nos os contornos do que seja a *população LGBT*. Dois outros movimentos metodológicos foram essenciais à sua pesquisa: a observação direta de eventos de variado escopo e a observação a partir de sua presença no processo de implantação do Programa Rio Sem Homofobia, ligado à Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SuperDir), na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, e, em particular, no estabelecimento dos Centros de Referência de Promoção da Cidadania LGBT.

E esse é um dos ganhos deste trabalho exemplar: a reflexão densa e nada ingênua sobre a impossibilidade de se esquivar de certo envolvimento, bem como a necessidade de não assumir qualquer “portavozismo”, ultrapassando quer as ilusões da neutralidade, quer um

certo heroísmo acadêmico. Ser afetada é aqui condição e pressuposto de qualquer tentativa inicial de “entrar em campo” e uma construção que não poderia ser obtida meramente no tempo formal de um doutorado, mas que se fez desde a graduação até o estágio da pesquisadora no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), cujo nome carrega em si todo o largo investimento que é matéria de análise e ponto de partida da pesquisa aqui dada a público. Pesquisar e atuar, fazer-se na pesquisa e na ação política são movimentos tomados em sua abrangência, sem ingenuidade ou autocomplacência. Os aspectos éticos de um trabalho dessa natureza estão claramente colocados. Não há jogos de sombras, retóricas elusivas ou citações desnecessárias.

O resultado é uma singular etnografia das relações pelas quais se forjam sujeitos – e formas de assujeitamento/subjetivação – no cotidiano de uma política de identidades de cunho “participativo”, compondo um panorama dos processos de formação do Estado que, como a autora destaca, são também processos de formação de subjetividades, de afetos e de redes. Tão importante quanto o conteúdo etnográfico e a análise do “campo” LGBT é a construção teórica rigorosa, em especial, mas não só, no uso dos textos, uma antropologia sobre/do Estado, testando-a, operacionalizando-a de modo argumentativo. E tudo isso nos chega por meio de um texto claro, direto e enxuto, tanto quanto denso, reflexivo e inquietante.

Terminamos o texto com um panorama de aspectos ainda pouco elaborados da história do Brasil recente, por essa via pouco usual da translação entre sexualidades e direitos. Além disso, vemo-nos retirados de qualquer zona de conforto em que “reflexão científica” ou “militância” sejam depuradas da presença estatal. Longe disso, *Fazer-se no “Estado”* coloca a todos os seus leitores o desafio de se olharem tão incisivamente quanto sua autora o faz e de retirarem dessa visada lúcida e implacável as consequências das escolhas teóricas, éticas e associativas, todas necessariamente políticas.

*Antonio Carlos de Souza Lima*  
LACED/DA-Museu Nacional-UFRJ

Um crente

*Ao cair da tarde, dois desconhecidos se encontram nos  
corredores escuros de uma galeria de quadros. Com um  
leve calafrio, um deles diz:*

*– Este lugar é sinistro. Você acredita em  
fantasmas?*

*– Eu, não – respondeu o outro. – E você?*

*– Eu, sim – disse o primeiro, e desapareceu.*

George Loring Frost\*

---

\* O conto faz parte de uma antologia organizada por Adolfo Bioy Casares, Jorge Luis Borges e Silvina Ocampo, cuja primeira edição data de 1940 (Casares et al., 2013). Diz-se que George Loring Frost, assim como o conto a ele atribuído na coletânea, são invenções de J. L. Borges.